

Apesar da crise, para além da fome: solidariedade e resistência em uma comunidade periférica durante a COVID-19

João Paulo de Oliveira Rigaud¹
 Lilian Miranda Magalhães²
 Úrsula Peres Verthein³
 Ligia Amparo-Santos⁴

RESUMO

Este artigo emerge de uma etnografia que vem sendo desenvolvida desde 2021 em uma comunidade periférica da cidade de Salvador, Bahia. Partindo de um caso considerado “emblemático” pelos moradores, onde crianças gêmeas sob o cuidado de um pai solo se encontravam em condição de fome extrema, busco compreender a dinâmica de conformação de uma rede de solidariedade para o enfrentamento da fome em meio a pandemia de COVID-19. A partir da Teoria Ator-Rede, analiso o caso através das agências de Jorge, líder comunitário e presidente da Associação de Moradores. Foi possível observar a reconfiguração da rede de amparo da família, retirando-os da precariedade extrema. A invisibilidade e a vulnerabilização mobilizaram a emergência de um “fazer algo” materializado em atos de resistências e solidariedades mútuas, diversas e conflituosas: a distribuição de cestas básicas a partir de uma veiculação midiática; a obtenção de alimentos (“quilo por quilo”) e, por fim, a arrecadação de “dez (reais) de um, dez de outro” para pagar o aluguel da família, garantindo suas existências com dignidade. Assim, procuro demonstrar que frente a precariedade contingencial e estrutural, a agência da solidariedade, mesmo que provisória, alimenta possibilidades e atritos no limite da vida cotidiana de pessoas de baixa renda.

Palavras-chave: Fome. Vulnerabilidade Social. Precarização. Estratégias de Enfrentamento. COVID-19.

Despite the crisis, beyond hunger: solidarity and resistance in a peripheral community during COVID-19

ABSTRACT

This article emerges from an ethnography that has been developed since 2021 in a peripheral community in the city of Salvador, Bahia. Starting from a case considered “emblematic” by the residents, where twin children under the care of a single father were in a condition of extreme hunger, I seek to understand the dynamics of conformation of a solidarity network for the confrontation of hunger in the midst of the COVID-19 pandemic. Based on the Actor-Network Theory, I analyze the case through the agencies of Jorge, a community leader and president of the Residents’ Association. It was possible to observe the reconfiguration of the family’s support network, removing them from extreme precariousness. Invisibility and vulnerability mobilized the emergence of a “doing something (fazer algo)” materialized in acts of mutual, diverse and conflicting resistance and solidarity: the distribution of food baskets based on a media broadcast; the obtaining of food (“kilo by kilo”) and, finally, the collection of “ten (reais) from one, ten from another” to pay the family’s rent, ensuring their existence with dignity. Thus, I try to demonstrate that, in the face of contingent and structural precariousness, the agency of solidarity, even if temporary, feeds possibilities and frictions at the limits of the daily life of low-income people.

Keywords: Hunger. Social Vulnerability. Precarization. Coping Strategies. COVID-19.

As crianças gêmeas e o *caso emblemático*

Jorge⁵ é um homem autodeclarado negro de 38 anos que divide o seu cotidiano entre o trabalho como assistente de rotinas administrativas e os mais de vinte anos atuando como líder comunitário e presidente da Associação de Moradores do local onde ele nasceu e foi criado: a *Comunidade Ponto Cego*⁶. Em um fim de tarde de 2021, quando

1 Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia.

2 Docente do Centro Universitário UniFTC e do Centro Universitário Jorge Amado – Unijorge.

3 Universitat Oberta de Catalunya.

4 Professora Titular da Universidade Federal da Bahia.

5 Todos os interlocutores deste artigo terão nomes fictícios tendo em vista os aspectos éticos de proteção ao anonimato.

6 Assim como os nomes dos interlocutores deste estudo, o nome da comunidade também é fictício. A nomenclatura teve origem nas recorrentes narrativas dos moradores, que denunciavam o convívio, há mais de seis décadas, com o descaso e abandono pelo poder público ao tratarem dos aspectos sociodemográficos e do território da comunidade. Entendo que, nas pesquisas antropológicas, o nome fictício traz implicações éticas de um possível afastamento da materialidade do campo e dos sujeitos de pesquisa (Fonseca, 2008; Minayo; Guerriero, 2014). Entretanto, me apoio no princípio apontado por Parreiras (2018, p. 279), ao partir da recusa “a qualquer prática que possa colocá-los em risco ou em exposição”, afinal, se assume a proposta de “valorizar estas vidas, fazê-las contar, sem apagar, com a ausência do nome, seu reconhecimento e sua importância”.

ele voltava para casa depois de um dia de trabalho, Jorge parou o carro em algumas ruas antes de atravessar um dos *becos*⁷ que levam até o centro da comunidade⁸. Ao travar as portas e sair do veículo, um grupo de cinco ou seis mães solo chegaram e o *abordaram de repente*, falando: *Jorge, Jorge, você precisa vir com a gente agora! Você tem que ver essa situação!* Surpreendido com a abordagem, Jorge imediatamente pensou que mais *uma tragédia* havia acontecido - pensando na violência que ronda a comunidade e o histórico de visitas ostensivas da polícia que sempre *entrou [ali] com força*, ele achou que mais uma vez *alguém havia sido baleado* e teve o seu corpo estirado *no meio da rua*.

O grupo de mães e moradoras da comunidade, acompanhadas de Jorge, caminham até uma pequena casa que antes era abandonada e que naquela ocasião passou a ser ocupada. Dentro desta casa estava Roberto, um homem negro de meia idade, e seus dois filhos gêmeos, Helena e Davi, que, segundo Jorge, *engatinhavam no chão sujo* e passavam fome extrema. Eles viviam em uma cidade na região metropolitana de Salvador, Bahia, e, segundo a narrativa de Roberto, quando as crianças completaram cerca de dois meses de vida, a mãe os *abandonou* sem deixar nenhum tipo de notícia ou rastro. Roberto, desamparado e em situação de extrema precariedade, decidiu se mudar para Salvador à procura de um emprego e do provimento de uma *vida melhor* para seus filhos. Os três chegaram na Comunidade Ponto Cego pouco tempo antes da pandemia de COVID-19 se instaurar e vivenciaram todos os efeitos da pandemia ali - como moradores da comunidade.

Momentos antes de Jorge ser encaminhado até a casa, uma das mães daquele grupo havia perguntado a Roberto o que ele daria de alimentação para as crianças no almoço do dia. Ele respondeu: água, açúcar e banana. A resposta de Roberto comadecceu a moradora que se disse impressionada: *Eu, que tenho filho, fiquei, meio... coisa*⁹. No mesmo instante, ela juntou o grupo de mães e *saiu na comunidade pedindo ajuda*. Jorge, líder comunitário e presidente da Associação de Moradores da Comunidade Ponto Cego, que não sabia da existência da família até então, afirmou: *a comunidade precisa fazer alguma coisa*. Após o encontro com a família, Jorge narra que um grupo de moradores passou a prestar auxílio para Roberto, Davi e Helena. As moradoras (na maioria mulheres) se revezavam para conseguir itens alimentícios, preparar e cozinhar refeições, preparar leite, trocar fraldas ou até amparar as crianças no colo para que o pai pudesse descansar.

A família também saiu da casa ocupada. O mesmo grupo de moradoras, dividindo o pouco que tem, *junta dez (reais) de um, dez (reais) de outro* para pagar o

7 Os termos em itálico são narrativas dos meus interlocutores ou categorias êmicas que ouvi durante o meu trabalho de campo na comunidade.

Trago-as para dar centralidade e agência a tais relatos.

8 Apesar do termo comunidade fazer menção a um certo tipo de homogeneidade, opto por utilizá-lo devido ao seu frequente uso pelos interlocutores deste estudo. Ao longo do texto eu demonstro que a Comunidade Ponto Cego tem dinâmicas e contextos extremamente heterogêneos que ultrapassam a homogeneidade do próprio termo.

9 Ao ouvir e ver a narrativa da interlocutora, eu entendo o “*coisa*” como um limite na capacidade de se expressar. Esse limite, entretanto, não parte da falta de palavras para narrar o sentimento existente frente ao compadecimento para/com a situação das crianças gêmeas. O silêncio, como agente que atua, também é uma forma de resposta frente a situações limites e eventos críticos (Latour, 2012; Das, 1995).

aluguel de um novo domicílio para que a família pudesse viver em um local *digno*. Depois de se estabelecerem, Jorge os auxiliou na emissão da certidão de nascimento das crianças e na re-emissão dos documentos do pai, bem como no tratamento e nas medicações do mesmo, que convive com uma condição clínica crônica: a epilepsia. Jorge narra que *hoje, nós, a comunidade, somos a família deles*. Nesse sentido, é importante compreendermos a fundo o ímpeto de fazer *algo* para ajudar a família e o *outro* que se encontrava em uma condição de extrema vulnerabilidade. As descrições dos fios e lógicas que são tecidas no amparo para as crianças gêmeas e o seu pai podem nos revelar, a partir de uma dimensão concreta, como são operadas e reconfiguradas as redes de solidariedade para o enfrentamento da fome.

Assim, em diálogo com os estudos da Teoria Ator-Rede, este texto emerge de parte dos resultados de uma etnografia que vem sendo desenvolvida desde 2021 junto a uma comunidade periférica localizada na cidade de Salvador, Bahia. Partindo da interpretação do caso considerado “*emblemático*” pelos moradores da Comunidade Ponto Cego, busco, especificamente, compreender as dinâmicas de conformação de uma rede de solidariedade para o enfrentamento da fome em meio a pandemia de COVID-19.

Um ponto cego: notas sobre uma comunidade parada no tempo

Localizada no meio entre dois grandes bairros da cidade de Salvador, a Comunidade Ponto Cego existe há mais de sessenta anos, entretanto, é quase *inexistente* nos mapas devido a diversos aspectos de precarização urbana. São quase cinco mil moradores e grande parte deles relata que apesar de contribuírem diretamente com seus *deveres*, no que tange ao pagamento de taxa de iluminação pública, saneamento básico, dentre outros impostos, ainda assim vivem privados da maioria dos direitos básicos. A Associação de Moradores considera que a comunidade é desrespeitada e esquecida pelo poder público, bem como, um *ponto cego* ou uma *faixa de terra* entre os bairros da região. A noção de comunidade *parada no tempo* se interliga com o fato de que as comunidades adjacentes cresceram em termos de infraestrutura.

O bairro em que a comunidade está localizada cresceu muito na última década, com a chegada de empreendimentos luxuosos, hipermercados e shoppings centers. Entretanto, a Ponto Cego segue em outros ritmos, em lógicas distintas a aquilo que está ao redor. As décadas de invisibilidade da comunidade se tornaram uma das grandes questões com a chegada da pandemia.

uma das grandes questões com a chegada da pandemia.

9 Apesar do termo comunidade fazer menção a um certo tipo de homogeneidade, opto por utilizá-lo devido ao seu frequente uso pelos interlocutores deste estudo. Ao longo do texto eu demonstro que a Comunidade Ponto Cego tem dinâmicas e contextos extremamente heterogêneos que ultrapassam a homogeneidade do próprio termo.

9 Ao ouvir e ver a narrativa da interlocutora, eu entendo o “*coisa*” como um limite na capacidade de se expressar. Esse limite, entretanto, não parte da falta de palavras para narrar o sentimento existente frente ao compadecimento para/com a situação das crianças gêmeas. O silêncio, como agente que atua, também é uma forma de resposta frente a situações limites e eventos críticos (Latour, 2012; Das, 1995).

de COVID-19 como um fenômeno de dimensões globais. No período em que a pandemia avançava pelo mundo, dentro da comunidade eram os sentimentos de medo e incertezas que imperavam. Em paralelo a tais sentimentos, as falas dos interlocutores são atravessadas por diversos aspectos que reafirmam a posição de uma comunidade situada não somente nas margens entre dois bairros, mas principalmente, nas margens da cidade. Para Jorge, líder comunitário, a Comunidade Ponto Cego tem um *perfil* e uma *geografia* própria, atravessada pelas *ruas e becos onde carros não entram, não conseguem passar*. Em uma das nossas conversas, ele narra que o medo do coronavírus ficou mais evidente nas periferias, tendo em vista que *o próprio modelo de moradia favorece a uma disseminação*, compreendendo que a geografia das periferias, historicamente desiguais, diferem de bairros localizados em zonas com melhores condições de moradia.

Alguns estudos apontam que a falta de saneamento básico, desigualdades socioespaciais e o histórico de precarização, de fato, favoreceram a disseminação do vírus em meio às periferias urbanas (Movimentos, 2021; Oliveira, et al., 2020; Costa et al., 2020; Fiocruz, 2020). Entretanto, Jorge cita que, apesar do *estrago que isso [COVID-19] poderia causar em comunidades com a geografia como a nossa*, a Ponto Cego não teve nenhum óbito confirmado por COVID-19, trazendo a tona a relevância das redes de solidariedade no contexto da pandemia. Tais redes de solidariedade tomavam forma principalmente a partir de Jorge e seu “modus operandi” diário na tentativa de contenção do vírus: a partir das postagens massivas em redes sociais e o seu serviço ininterrupto de disseminação de informações sobre o vírus, o distanciamento físico e as vacinas dentro e fora da comunidade. Primeiro, Jorge lutou para que o vírus não chegasse até a Comunidade Ponto Cego, depois disso, a sua principal preocupação foi a contenção dos danos e dos efeitos devastadores da pandemia para a população mais vulnerável.

Foi neste contexto, em abril de 2021, quando Jorge decidiu me narrar pela primeira vez o evento intitulado por ele como o *caso emblemático* das crianças gêmeas. Nas nossas conversas rotineiras, diversas foram as vezes em que Jorge trazia o caso à tona, mesmo ao tratar de assuntos que não se ligavam diretamente a tal. Em uma das nossas primeiras conversas, ele narrou que o caso foi adjetivado como emblemático justamente pelo impacto que ele promoveu na vida diária da comunidade¹⁰. Foi por uma mensagem pessoal de Jorge no meu WhatsApp que ouvi, pela primeira vez, sobre tal caso. Era um vídeo de uma reportagem veiculada em uma televisão local, onde ele pedia, orgulhoso, para que eu assistisse o modo como seus vizinhos teciam uma solidariedade entre Roberto e seus filhos.

O meu trabalho de campo etnográfico junto à co-

munidade havia iniciado quatro meses antes, em janeiro, quando eu observava o seu intenso trabalho de contenção dos danos da pandemia de COVID-19 em relação à sua comunidade. Eu o procurei para falar sobre a minha dissertação de mestrado, que, a princípio, tinha como objetivo compreender como se conformavam as redes de solidariedade para o enfrentamento da fome nas periferias durante a pandemia de COVID-19. Jorge, que já me era conhecido desde 2014 - quando comecei a me envolver com trabalhos comunitários em um centro religioso, no qual desenvolvíamos distintas atividades de solidariedade e fraternidade voltadas a tal centro -, não precisou ouvir a minha proposta a fundo para que se colocasse *plenamente a disposição* e abrisse as portas da Comunidade Ponto Cego como lócus empírico desta etnografia.

Na época da sua narrativa, os efeitos da pandemia de COVID-19 já estavam instaurados em todo o mundo. No Brasil, o desmantelamento de políticas públicas de proteção social e ascensão de um modelo autoritário, neoliberal e necropolítico provocou o número expressivo de 125,2 milhões de brasileiros em algum grau de fome¹¹, que afeta fundamentalmente sujeitos pobres, negros e moradores de periferias (Rede Pensan, 2022; Mbembe, 2018). A urgência das ações autônomas de solidariedade estavam sendo “decisivas no enfrentamento e superação das crises intensificadas pela pandemia, sobretudo nos lugares e populações vulnerabilizados” (Albuquerque; Ribeiro, 2020, p. 7; Oliveira, 2020). Essa solidariedade, atravessada por uma horizontalidade que se faz presente no cotidiano das periferias desde muito antes da COVID-19, evidenciou o corre-corre diário nas comunidades para que ninguém morresse de fome, nem mesmo de vírus. Foi na Comunidade Ponto Cego, a partir do *caso emblemático* que percebi, in loco, a concepção da solidariedade como uma “prática política permanente” (Padua, 2020, p. 89).

É importante destacar que considerando o contexto da COVID-19 e a importância do distanciamento físico, esse estudo assumiu uma etnografia com estratégias híbridas, utilizando, a priori, os espaços digitais para a produção dos dados. Os momentos os quais eu visitei a comunidade de modo presencial se deram a partir do primeiro trimestre de 2022, depois de estar devidamente vacinado contra a COVID-19 a fim de não expor os meus interlocutores a nenhum perigo, bem como, quando as regras de distanciamento físico e o uso de máscara já estavam flexibilizadas no país. Cabe ressaltar que essa sendo uma etnografia de longa duração em curso desde 2021, as visitas à comunidade não seguiam um cronograma específico e aconteciam, na maioria da vezes, a convite de Jorge - era ele quem me apresentava como amigo e pesquisador desenvolvendo uma maneira singular de interlocução para com os moradores da comunidade.

Pensando no tempo das coisas etnográficas e no

10 Arrisco a dizer, também, pelo fato dele ter sido midiatizado, o que imprime uma maior característica de algo emblemático.

11 A pesquisa original, proposta pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional apontam que 125,2 milhões de brasileiros estão em algum grau de insegurança alimentar dentre a leve, moderada e grave. Apesar da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar considerar a fome apenas quando o domicílio está dentro da insegurança alimentar grave, esse estudo parte do princípio de contra revisão proposto por Ribeiro Júnior et al (2021), onde já na insegurança alimentar leve temos um estado de fome.

modo que nossas relações são estabelecidas a partir da etnografia, essa é uma tentativa de tradução da maneira rizomática a qual as informações sobre as crianças gêmeas foram tecidas diante do contexto da comunidade. Isto é, a linearidade das informações nesse texto não traduz necessariamente a maneira pela qual as coisas aconteceram ou pelas quais eu tive acesso. Cabe ressaltar, também, que não pretendo fazer uma discussão sobre a emergência das metodologias de pesquisas digitais durante a pandemia de COVID-19 (ver Lins et al., 2020). Dada a sua extrema importância em um momento de profunda fragilidade para nossos trabalhos de campo, gostaria de ressaltar que assim como qualquer outra metodologia, esta também tem suas limitações de acesso ao contexto empírico¹² - elemento constitutivo para as etnografias. Nesse sentido, opto pela compreensão de “diluição das fronteiras” (Segata, 2016, p. 97) entre aquilo que está on-line e off-line, afinal, a vida coexiste de modo que o digital e o não-digital se entrelaçam em interações complexas (Hine et al., 2020; Miller; Horst, 2015).

Além da minha presença nos diferentes espaços comunicacionais digitais utilizados por Jorge e pela comunidade, isto é - Facebook, Instagram, Google Meet e Blogspot, no ápice do distanciamento físico provocado pela pandemia de COVID-19, foi pela chamada *Lista de Transmissão* onde Jorge disparava massivamente as informações aos moradores da Comunidade Ponto Cego: *Eu tenho pra mais de duzentos contatos de pessoas da comunidade. Como não é uma comunidade muito grande, eu tenho uma lista de transmissão [...] eu pego a informação, encaminho e quem tem meu contato salvo em suas agendas acaba recebendo.*¹³ É importante ressaltar que o uso das estratégias comunicacionais digitais pela comunidade não se restringe à pandemia de COVID-19. O próprio Blog da comunidade tem postagens datadas desde o ano de 2012, já a página no Facebook foi criada em 2014. Uma breve análise documental das postagens de tais redes sociais confronta a ideia de que a solidariedade na comunidade nasce como efeito da pandemia de COVID-19 - ela já existia antes disso. Um exemplo se dá por meio de um protesto que a comunidade fez em uma das principais vias da cidade de Salvador no ano de 2012, como um pedido de *socorro* para os problemas estruturais dessa *esquecida comunidade*¹⁴.

Foi pelo aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, por onde Jorge e eu conversávamos e ainda conversamos rotineiramente. A centralidade de Jorge enquanto líder comunitário, presidente da Associação de Moradores da Comunidade e interlocutor-chave que mediou a entrada em campo, se interliga com a minha centralidade enquanto pesquisador que seguiu o cotidiano

12 Pela perspectiva teórico-metodológica aqui adotada, cabe fazer um adendo: acredito que esses espaços têm múltiplas agências e que as tecnologias digitais são mediadas e incorporadas pelos sujeitos como parte essencial da vida (Lins et al., 2020)

13 Jorge complementa narrando que: *Quando eu posto alguma informação de utilidade, cronograma de vacinação, inscrições em programas sociais, essas informações que eu tenho acesso, eu compartilho nas minhas redes e normalmente ela é bem vista na comunidade.*

14 Essas palavras foram utilizadas em uma faixa branca de aproximadamente quatro metros que estava à frente das pessoas durante o protesto.

15 Jorge também é parte de um movimento religioso católico que ultrapassa a centralidade na igreja em si e coloca em evidência a importância de ações de solidariedade, cuidado e devoção a todos aqueles que estão ao redor, independente do seu vínculo com a religião. Por ter sido criado em meio a esse movimento, e em meio às observações e nossas conversas rotineiras, eu arrisco a dizer que essa seja uma das principais motivações subjetivas para que Jorge desenvolva seu trabalho como líder comunitário.

da comunidade a partir da sua interlocução. Baseando-se no proposto por Geertz (1989) no que tange às narrativas antropológicas, esse texto parte de (re)interpretações que são desenvolvidas a partir de tais descrições anteriores. Cabe ressaltar que me apoio na estratégia antropológica “de se recusar a distribuir significados e coisas separadamente”, mas, “de tomá-los como um só” (Henare et al., 2007, p. 3, tradução própria), afinal, Jorge - como principal ator etnográfico que subsidiou esse fragmento em forma de texto, me narra aquilo que vê e, pensando na maleabilidade da etnografia, eu interpreto aquilo que me é narrado.

É importante situar um segundo agente: a Associação de Moradores da Comunidade. Ela foi fundada a partir de uma necessidade dos próprios moradores, pela falta de representação proveniente do Conselho de Moradores da região distrital - o sentimento de apagamento que gerou a necessidade da representação. Ela é regulamentada e é composta por quinze moradores da comunidade distribuídos entre as diferentes diretorias. Na época da sua fundação, os moradores se disponibilizaram para fazer parte das comissões, afinal, havia a necessidade de um quórum para que a Associação pudesse ser, de fato, regulamentada. Cabe ressaltar, entretanto, que apesar da sua composição, no corre-corre diário é possível observar a proeminência de Jorge para a dissolução dos conflitos e gerência das redes na comunidade - algo que ele faz com muito orgulho e dedicação pelo prazer de *ajudar o outro*¹⁵. Há também o movimento pastoral da igreja católica da comunidade, que é coordenado por Jorge e vice coordenado por Larissa. Esse movimento pastoral norteia, a partir dos princípios católicos e da agenda de fraternidade, muitas das ações de solidariedade em relação aos moradores da comunidade.

É difícil situar, etnograficamente falando, onde se inicia e onde limita-se a zona entre a atuação de Jorge enquanto líder comunitário, coordenador do movimento pastoral e as ações da Associação de Moradores como organização comunitária - essa última que parece se dissolver frente às ações de Jorge no cotidiano. No caminho burocrático frente às agências governamentais e instituições, é a Associação que atua por meio de ofícios e solicitações - documentos estes que em sua grande maioria são escritos e protocolados por Jorge. E apesar da liderança comunitária e a própria Associação de Moradores terem agências distintas (mas imbricadas em uma zona tênue), as pessoas procuram Jorge, segundo ele, pela sua *facilidade* em trazer *respostas e orientações*. Foi justamente pela sua intensa atuação no corre-corre diário da comunidade que Jorge foi concebido como a pessoa que poderia, mesmo que minimamente, ajudar a fazer alguma *coisa* e

promover mudanças na *realidade* de extrema precarização da família de Roberto.

Nesse sentido, partindo do princípio antropológico de que toda forma de narrar importa, foi Jorge quem estabeleceu o caso emblemático como um evento central da nossa interlocução. A história das crianças gêmeas pode assim ser considerada como um “evento crítico” (Das, 1995) da Comunidade Ponto Cego. Evento este que “traz consigo a capacidade de mudar imaginários, sociabilidades e entendimentos da realidade”. Assim sendo, tal evento “pode ser identificado no tempo e no espaço, além de ter poder para alterar as subjetividades, pode transformar também as relações sociais” (Briscke, 2018, p. 4). Logo, assumir tal caso como fio condutor deste texto é também uma tentativa de dar centralidade à agência de Jorge e suas vizinhas na produção de redes de solidariedade na Comunidade Ponto Cego.

Quem tem fome não tem tempo pra burocracia: urgência e resistência de um cotidiano em ruptura

No cotidiano da Comunidade Ponto Cego, o caso emblemático das crianças sob cuidado de um pai solo imprime diversas marcas intersubjetivas e revela minúcias de um cotidiano que é permeado pela solidariedade com seus vizinhos. É importante ressaltar que em meio a rede de atores, a agência do abandono materno pode ser compreendida como uma contravenção que provoca efeitos distintos do abandono paterno. Dessa forma, faz-se necessário questionar até que ponto esse “evento crítico” (Das, 1995) e singular do abandono mobilizou a comunidade, em virtude do comprometimento ético da mulher em relação ao cuidado, em particular, ao cuidado infantil. Na distinção do abandono paterno, Ferreira (2015, p. 70) narra que a “noção naturalizada de família produz a condenação realizada através da acusação de abandono materno”, afinal, o “lugar social da mãe biológica” é um local supostamente inquestionável na configuração de uma família tradicionalmente ocidental.

Entretanto, sem a pretensão de discutir ou especular os motivos do abandono, ressalta-se a necessidade de compreendermos o peso desse ato para uma mãe biológica, afinal, “o abandono do recém-nascido foi precedido por ‘múltiplos abandonos’ da própria mãe” para si mesma. A partir do conceito de “circulação de crianças” (1995) pontuado pela antropóloga Claudia Fonseca e o seu vasto trabalho sobre as noções de família, “a cessão dos filhos pode estar associada à procura de melhores perspectivas de vida para os mesmos e não à ausência de desejo ou de vínculo afetivo” (Ferreira, 2015, p. 43). Contudo, Granato e Aiello-Vaisberg (2013, p. 31) demonstram que no Brasil, “a mãe que se furtá à maternidade” ainda é “vista como louca, doente ou malvada”, pois, muito diferente da paternidade, espera-se das “mães uma

dedicação incondicional à tarefa materna, responsabilizando-a pelo bem estar físico e mental da prole”.

Em que pese esta questão, percebe-se ainda que as redes de solidariedade na Comunidade Ponto Cego compõem diferentes lógicas de tempo. No início da pandemia, quando vivenciamos a polifonia de informações da mídia e o medo do desconhecido proveniente do coronavírus, a comunidade sentia, para além do medo, muita dificuldade em acompanhar os protocolos estabelecidos pelas autoridades sanitárias. Nos primeiros sintomas e na confirmação dos primeiros casos, não eram os canais hegemonicós de informação que eram procurados, mas sim, a Associação de Moradores da Comunidade e a Jorge enquanto líder comunitário. Baseando-se na construção intencional de uma necropolítica (Mbembe 2018), nota-se que a invisibilização perante a comunidade não se relaciona, tão somente, no esquecimento das demandas de infraestrutura ou crescimento habitacional. Contrariando poderes predominantes, a comunidade não comprehende a agência governamental como instituição confiável em primeira instância, afinal, os sintomas do apagamento promovem lógicas que demandam outros atores dentro da rede de solidariedade. Na Comunidade Ponto Cego, o agente considerado seguro e confiável é quem está vivenciando a mesma realidade cotidiana.

É importante ressaltar que a Associação de Moradores da Comunidade é totalmente regulamentada dentro dos aparatos legais, mas que, segundo Jorge, mesmo *batendo na porta da prefeitura* para solicitar cestas básicas e algum tipo de auxílio alimentação para as famílias que estão em condição de vulnerabilidade na pandemia de COVID-19, no final, *nada acontece*. Os auxílios e doações são produzidos, na sua grande maioria, por vizinhos, amigos e sindicatos que conhecem a situação de precariedade vivenciada pela comunidade. O caso das crianças gêmeas é apenas um dos diversos casos cotidianos em que, ante a pandemia de COVID-19, as instituições governamentais são entendidas como *estáticas e burocráticas*.

Cabe ressaltar que a maioria das famílias da comunidade receberam algum tipo de repasse referente ao auxílio emergencial pandêmico¹⁶, e que, segundo Larissa vice coordenadora das ações do movimento pastoral da comunidade e uma das pessoas que integra a rede da Associação de Moradores da Comunidade, foi *graças a esses auxílios* (aqui se inclui o Bolsa Família) que muitos dos moradores da comunidade não sofreram ainda mais com os impactos da fome e da vulnerabilidade social. O auxílio emergencial trouxe certo tipo de amparo na vida diária da comunidade, entretanto, devido a falta de cipilaridade e a incerteza de políticas públicas para pessoas de baixa renda, não se pode esperar que o cotidiano seja pautado a partir do auxílio que provém do governo. Logo, tal falta de ação promove ainda mais o corre-corre diário de Jorge para ajudar quem precisa, afinal, como afirmam Fleury e Menezes (2020, p. 270), “se fossem es-

16 Projeto de renda básica emergencial de R\$600,00 direcionado aos brasileiros em situação de vulnerabilidade em meio a pandemia de COVID-19.

perar apenas pela ajuda do governo, muitos moradores de favelas e periferias do Brasil teriam morrido de fome". Desacreditar em tal agência parte, também, da assunção dos sentimentos de apagamento por parte da comunidade. Para Jorge, os protocolos e burocracias governamentais não acompanham o tempo cotidiano de quem vive nas margens: *Quem tem fome não tem tempo pra burocracia. Então, tem que protocolar, etc. É um trâmite legal, eu entendo, mas que é muito burocrático, demora demais para acontecer as coisas*¹⁷.

A frase de Jorge, no que tange à *burocracia* governamental entra em contraste como uma ferramenta de necropolítica (Mbembe, 2018) que não acompanha o tempo de quem vive nas margens e continuamente rouba suas possibilidades de existência. Além disso, traz mais uma vez a máxima pontuada pelo sociólogo Betinho, onde se afirma que *quem tem fome, tem pressa*. Tal frase nasce no contexto de formação da organização não governamental Ação da Cidadania que, desde 1993, coloca em evidência a importância das redes de solidariedade e ações emergenciais para suprir a fome em um menor tempo possível, ao mesmo passo em que cobram continuamente as ações estruturais proveniente do Estado (Ação da Cidadania, 2021). Para Magalhães (2002, p. 135), o ponto crucial do movimento da Ação da Cidadania é justamente o entrelaçamento entre tais realidades plurais, que em uma posição não dicotômica, busca combinar, por um lado, "uma luta pela responsabilização formal do Estado com os cidadãos portadores de direitos civis, políticos e sociais", bem como, por outro lado, "a reconstrução de vínculos pessoais entre voluntários e beneficiários, entre organizações e grupos sociais em situação de precariedade".

Dessa maneira, a partir da fala de Jorge, é importante considerar que o sentido de solidariedade também está localizado nas ações "immediatas e assistenciais" a partir de "um momento radical de urgência do cotidiano em ruptura", pois enquanto os protocolos se movem, pessoas padecem de fome. Ao acolher as potências individuais e coletivas entrelaçadas no ato de solidariedade, podemos "sublinhar o sentido mais amplo de práticas sociais de cuidados, acolhimentos e compartilhamentos para a superação das condições perversas de violação de direitos à vida" (Barbosa; Teixeira, 2020, p. 75). Portanto, a partir da compreensão de que "o tempo se imprime de maneira diferente em corpos com fome" (Silvestre, 2019, p. 42), Jorge conclama que, para além da luta do direito às ações governamentais, é preciso da solidariedade (e do cuidado) agora. Vale ressaltar que essa é uma importante compreensão para o ponto de vista da construção e execução das políticas públicas de Alimentação, Nutrição e Saúde para as populações mais vulnerabilizadas. O diálogo estabelecido entre o Estado e a sociedade civil deve ser relevante e urgente, uma vez que, quem sente fome hoje não pode esperar para comer amanhã.

17 É muito importante ressaltar que a produção de redes de solidariedade foi uma das características mais visíveis dos efeitos do impacto da pandemia de COVID-19 nas periferias, entretanto, é possível afirmar que a população vulnerabilizada convive com o senso de "nós por nós" desde muito tempo. Não somente na Comunidade Ponto Cego, mas, a produção de redes de solidariedade é uma marca no cotidiano de quem convive historicamente com as marcas de uma sociedade colonial e precarizada. Para uma discussão sobre o assunto ver Telles et al., (2020).

18 A comunidade era identificada na reportagem somente a partir da referência ao nome do bairro o qual ela está localizada. Não houve iden-

"Aí realmente foi o momento do boom": quando a mídia entra em cena

Após os primeiros cuidados com Roberto e seus dois filhos, a comunidade sentia que algo ainda faltava, afinal, o amparo comunitário não supre e nem tem a intenção de suprir o papel do Estado e das ações governamentais. Nesse sentido, Jorge resolveu procurar apoio na mídia televisiva, pensando na importância de outros atores que promovem deslocamentos nas redes de solidariedade. Diversas foram as tentativas até que a história da família de Roberto pudesse ser veiculada em uma rede de televisão local. A reportagem foi ao ar no início de 2021, quando o Brasil enfrentava um dos piores cenários da pandemia de COVID-19. Naquela época, para além do pico de casos e óbitos, iniciávamos com muito atraso e lentidão a vacinação no país, bem como, o aumento da extrema pobreza era cada vez mais evidente.

Foi nessa mesma época, entre o final de janeiro e início de março de 2021, em que a mídia acompanhava atenta às discussões sobre um possível fim do auxílio emergencial, além da concretude nas previsões de especialistas pautadas no início da pandemia, onde o retrocesso histórico na luta contra a fome já não estava mais no campo das especulações. Em março deste mesmo ano, é publicado o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, apontando a marca de 116,8 milhões de brasileiros com algum grau de insegurança alimentar (Rede Pensan, 2021). Na mídia, a fome estava em evidência a partir de uma polifonia de narrativas que pautavam a importância das políticas estruturais do Estado, bem como, o apelo às ações emergenciais para aqueles que vivenciavam a fome (omitido). É importante ressaltar que apesar das narrativas midiáticas no contexto da pandemia reconhecerem "a fome em seu caráter estruturante e a importância da intervenção do Estado, são as ações assistencialistas caritativas que ganham espaço em meio às múltiplas estratégias de enfrentamento" (omitido).

Dada a conjuntura de veiculação, a reportagem tinha como foco principal a narrativa da história das crianças gêmeas e as tessituras da solidariedade produzida pelos moradores da Comunidade Ponto Cego. Fluindo entre diferentes modos de narrativas, a fome aparecia como um contexto vivenciado pela família e a imprensa parecia validar a caridade através de um apelo sentimental como solução. Toda a precarização vivenciada há décadas pelos moradores da Comunidade Ponto Cego não apareceu em nenhum momento da narrativa, o nome da comunidade tampouco¹⁸. No dia que a reportagem foi ao ar, às crianças gêmeas estavam fazendo o seu primeiro

aniversário e ganharam da equipe de televisão um singelo bolo acompanhado de um *parabéns* ao vivo. Jorge, que foi entrevistado tanto pela reportagem em si quanto pela chamada ao vivo, narrava que *toda ajuda é bem-vinda* - ao pedir, como presente de aniversário, doações de alimentos para o pai e para os filhos, cestas básicas, fraldas descartáveis e dinheiro para ajudar a pagar o aluguel da família.

Quando perguntei sobre o impacto da reportagem em relação à comunidade, Jorge cita que quando a mídia entra em cena, a atenção e a repercussão é outra, e o tão importante *retorno* é quase que imediato: *Aí realmente foi o momento do boom, onde muita coisa chegou. Muita doação, muita doação, fralda descartável, leite, acho que até hoje ainda tem.* Depois da veiculação da reportagem, a rede televisiva repassava para a comunidade as doações que foram chegando massivamente, a ponto de redistribui-las entre os moradores: leites que já estavam perto do vencimento, diversas cestas básicas e também fraldas descartáveis. Em tal contexto, perder uma doação é considerado algo inconcebível, afinal, a solidariedade também “é movida pela emergência” e “atua no plano do tempo presente e para suprir exigências mínimas” (Carlos, 2020, p. 15). Nesse ínterim, vale questionar, mais uma vez, até que ponto o abandono materno para/com as crianças gêmeas e recém-nascidas produzem efeitos neste processo? Afinal, o deslocamento das redes de solidariedade a partir do *boom* de doações tem como cerne a veiculação de narrativas midiáticas pautadas nas crianças gêmeas que, por terem sido abandonadas pela mãe, estavam em condição de extrema vulnerabilidade¹⁹.

No movimento contínuo da rede de solidariedade, outras estratégias foram tecidas pensando na necessidade de reencaminhar aquilo que chegava. A partir das crianças gêmeas, Jorge me narrou com felicidade a criação de mais uma ramificação nas redes de solidariedade que perpassam pela comunidade: a Associação de Moradores *criou um outro movimento* para atender *outras famílias* a partir da veiculação televisiva da história das crianças. Cabe ressaltar que a reportagem, apesar de ser um importante agente catalisador em meio às redes de solidariedade da Comunidade Ponto Cego, parece não ter tido nenhum efeito ou impacto direto em relação às questões históricas da desigualdade vivenciada pela comunidade. Ao mesmo tempo que a reportagem promove deslocamentos na maneira a qual a Comunidade Ponto Cego se auto-organiza em sua solidariedade emergencial - isto é, a articulação de cestas básicas, o fluxo comunitário para cozinhar alimentos, a necessidade de ajuda a ser fornecida para a família de Roberto - ela se dissolve e perde a força quando encontra a precariedade estrutural em toda sua agência e magnitude.

Isso me faz crer que o caso das crianças gêmeas coloca em evidência materialidades para os deslocamentos das redes de solidariedade, entretanto, é também um local de confronto de perspectivas sobre a assunção de tificação direta em relação ao seu nome.

19 Cabe ressaltar, entretanto, que as doações somam e deslocam algo que por si só produziria efeitos: a fome, e em particular, a fome em crianças em tenra idade.

entendimentos sobre o modus operandi da comunidade. Em um dos primeiros momentos de encontro com Jorge, ele narrava que, na condição de líder comunitário, percebe que os moradores são *um pouco passivos no sentido da busca pela melhoria*, ou que eles *pecam quando se refere a essa união*. Ele cita que gostaria que a comunidade fosse bater na *porta da prefeitura*, não no sentido de *fazer baderna, mas, dizer que nós existimos e precisamos ser olhados e cuidados*. A fala de Jorge remete a importância de reconhecer que uma rede de solidariedade funciona a partir de diferentes lógicas de união e mobilização. A rede, em si, não é estática e nem se desloca em um único caminho possível, diversas são as ramificações, conflitos e compreensões do que é uma produção de solidariedade no cotidiano.

Cabe ressaltar, também, que a fome, por ser um problema histórico e estrutural, ultrapassa o contexto da pandemia em si - que trouxe evidência e agravou essa condição. Na Comunidade Ponto Cego, a situação não é diferente. Desde a minha entrada em campo no início de 2021 e para além do caso das crianças gêmeas, diversas foram as vezes as quais pessoas procuravam Jorge enquanto líder comunitário para pedir comida, inclusive após a veiculação da reportagem da família e o *boom* de doações dentro da comunidade. Vimos que essa solidariedade emergencial e imediata é importante, mas não consegue se manter em movimento por muito tempo. Neste sentido, ao pensar na rede de atores da Comunidade Ponto Cego, a solidariedade tem potencialidades que, por vezes, não conseguem extrapolar a cronicidade existente na precarização, afinal, a solidariedade de um cotidiano em ruptura não deve e não consegue ocupar o espaço das políticas públicas de direito para a população vulnerabilizada. Se quando a mídia entra em cena o *retorno* é quase *imediato*, é preciso pensar naquilo que fica depois que as próprias reverberações da mídia se distanciam lentamente.

Um quilo disso, um quilo daquilo: o ator-quilo na construção de uma rede

O “*mobilizar*” ganha diversos significados em meio a rede de solidariedade da Comunidade Ponto Cego. Criar movimentos é contrapor lógicas hegemônicas e priorizar a solidariedade autônoma entre vizinhos. É preciso atender as pessoas em um menor tempo, facilitar e democratizar o contato, tecer novos fios, caminhos e, principalmente, priorizar a gestão de uma rede não burocrática, autônoma e fundamentalmente horizontal. Oliveira (2020, p. 208), em um estudo sobre as ações autônomas criadas pelas redes de articulação nas periferias, afirma que em meio a pandemia da COVID-19, mais uma vez “está sendo preciso se reinventar para sobreviver”. Assim sendo, o ““nós por nós’ nunca foi tão necessário e atuante”, ele vem sendo ressignificado na medida em que essas redes de articulações propõem novos sentidos e

fluxos de vida para uma grande parcela da população que convive historicamente com as marcas da precarização social (Fleury; Menezes, 2020).

Na perspectiva histórica do *nós por nós*, a Associação de Moradores da Comunidade Ponto Cego e a liderança comunitária tem atuado de *pessoa a pessoa* para obtenção dos alimentos e cestas básicas para o auxílio daqueles que sentem fome. Jorge cita que, na sua atuação pessoal como líder comunitário, ele agencia conexões: *você mobiliza aqui, você pede um quilo disso, um quilo daquilo, e aí é mais fácil de a gente atender com um menor tempo as demandas*, construindo possibilidades dentro do cotidiano. Ao pensar na agência das conexões, o pedir *um quilo disso, um quilo daquilo* promove tramas em meio a tais redes de solidariedade. O quilo de alimento, ou então, o quilo de ajuda, é um importante “agente” (Latour, 2012; Mol, 2010) para a manutenção da solidariedade cotidiana mediante a fome, pois ele atua como uma linha que constitui e sustenta uma rede maior. Afinal, da mesma forma em que o quilo de alimento constitui o corpo de alguém que vivencia a fome, é o mesmo ator-quilo que sustenta a gestão de tais redes de solidariedade.

Um quilo de cada, assim como os *dez reais de cada um* para pagar o aluguel de Roberto e seus filhos, são agentes centrais que atuam nas tessituras e deslocamentos para uma rede de solidariedade que atua na garantia das necessidades fundamentais de um sujeito, como a alimentação e moradia. Assim sendo, tais redes de solidariedade nutrem intenções que ultrapassam a fome. O quilo de alimento atua como fio condutor que promove amparo, gestando e criando novas formas orgânicas de uma solidariedade que se localiza no nível mais ordinário do cotidiano: o eixo de sustentação da vida. Entretanto, o quilo de alimento, por si só, demanda outros atos de cuidados necessários ante um sistema macrossocial precarizado, que fragiliza os cidadãos e seus modos de vida. Em meio a pandemia de COVID-19 e a expansão da necropolítica (Mbembe, 2018) que norteia as ações governamentais no Brasil, ter acesso ao alimento pode ser compreendido como mais uma curva diante do caminho para uma alimentação que contrapõe o fantasma da fome.

Na Comunidade Ponto Cego, muitas famílias não conseguem priorizar a compra do gás de cozinha que, no Brasil, desde o início do ano de 2021, virou artigo de luxo devido a alta de preços em torno de 30%, fazendo com que pessoas recorram ao “fogo de lenha” ou ao uso álcool para cozinhar (Nunes, 2021). Nesse sentido, os vizinhos abrem suas cozinhas para que a comunidade possa cozinhar. Jorge ilustra que o caso de Roberto e seus filhos, é um desses exemplos, que recebeu um alimento, inclusive uma das cestas que a gente conseguiu direcionar, e aí não tinha onde cozinhar. Neste ato, as cozinhas domésticas de seus vizinhos se tornam também cozinhas comunitárias, as portas, panelas e fogões se abrem e se compartilham num ato de intimidade e solidariedade mútua para aplacar a fome.

No palco dos conflitos, cabe ressaltar que a comida que chega, na maioria das vezes, é insuficiente para

todas as pessoas que necessitam dela, além disso, os alimentos que compõem as cestas nem sempre são iguais ou de melhor qualidade. Devido ao fato das doações serem feitas - em sua grande maioria - de pessoa para pessoa ou por ONGs e sindicatos, a agência de Jorge entra em cena mais uma vez na tentativa de dissolução de tais conflitos. A cesta básica conduz o apoio de Jorge e vice-versa, ambas, num deslocamento constante entre agências distintas e, por mais contraditório que pareça, na vida cotidiana, uma das suas formas de cuidado é justamente não anunciar a chegada de cestas básicas para os moradores da comunidade - para além do *boom* da veiculação midiática. Ele chegou a me narrar que, por vezes, esconde as cestas na sua própria casa e precisa ir *sondando* as famílias que, naquele momento específico, precisam de apoio.

Neste sentido, assim como a heterogeneidade da condição da fome, os critérios estabelecidos para doação de cestas básicas entre a comunidade não são estáticos e homogêneos: ao mesmo tempo que o ator-quilo e a cesta básica amparam a família de Roberto e a outras famílias da comunidade, eles também alimentam conflitos no que tange aos critérios para as doações entre os moradores da comunidade onde alguns moradores podem receber cestas e outros não - isso ficou evidente em uma das conversas que tive com Larissa, integrante da Associação de Moradores, quando conversávamos sobre os critérios estabelecidos para doação de cestas básicas entre os moradores da comunidade. Larissa me narrou que *tem toda uma rede. Tem todo um cuidado. A gente não faz as coisas aleatoriamente. A gente, como é uma comunidade pequena, a gente vai.. ‘ó, de fato, quem está precisando?’*. Quem define quem está mais precisando é justamente quem recebe as doações para serem repassadas, no caso, majoritariamente Jorge e também Larissa, que é seu braço direito na comunidade. Fleury e Menezes (2020, p. 278) narram que “todas essas ações são também políticas, pois requerem a construção de estratégias de ação e formação de consensos”, afinal, não é que haja famílias que sintam mais fome do que outras, mas, assim como o caso emblemático das crianças gêmeas, são famílias que *precisam de ajuda, de fato*, naquele momento. *Quando não é uma quantidade que abrange a todos*, conclui Larissa, é preciso ir *na pessoa certa*.

Nesse sentido, a “potência de alguma transformação possível posta nas redes de solidariedade nesse momento de catástrofe se coloca no fato de que elas atuam nos lugares para suprir necessidades concretas e urgentes” (Pádua, 2020, p. 90). Por estar tão imbricada com aspectos do cotidiano e da própria construção histórica da comunidade, tais redes de solidariedade são autogestionadas a partir das necessidades íntimas e individuais, afinal, as tessituras de cada sujeito são o que move, forma e gestiona uma rede de solidariedade. Assim sendo, a rede de solidariedade existente no *nós por nós* é feita de agenciamentos, linhas, tensões e particularidades, pois a “necessidade individual de cada qual é o que implica no movimento grupal onde essa necessidade pode vir a realizar-se, mas o pode apenas coletivamente” (Silvestre,

2019, p. 69). Os sujeitos, em suas agências, gestionam múltiplas redes que não são homogêneas. Apesar dos sentidos compreendidos na dimensão individual, tais necessidades são ativamente realizadas a partir da construção coletiva.

Sobre esse ponto, Silvestre (2019, p. 63) narra que nos bairros periféricos se descobre muito cedo “uma necessidade essencial de comunidade”. A ausência de sentido imposta pela fome se refere também ao desejo de uma “ruptura organizativa”. A autora pontua a “necessidade de romper com a ciranda” onde os pobres estão “enclausurados”, bem como, “manejar ferramentas” das quais estão “aparentemente (ou conscientemente) desprovidos”, para enfim, “realizar rupturas” (Silvestre, 2019, p. 65). Na Comunidade Ponto Cego, percebe-se que os atos e lógicas das redes de solidariedade são tecidos no nível mais ordinário da vida cotidiana. O fazer *algo* para a família de Roberto, pontuado outrora, volta à tona de maneira a reconhecer que o *nós por nós* não está localizado numa categoria unicamente circunstancial, mas, parte da perspectiva de assunção de uma solidariedade em devir.

Por fim, na Comunidade Ponto Cego, tecer uma rede de solidariedade coloca em evidência a tomada de decisões por meio de critérios subjetivos e principalmente contextuais. Nesse sentido, cozinhar para Roberto e seus filhos pode ser compreendido como uma das partes fundantes do sentimento de solidariedade existente no *nós por nós*, mas também, um palco para diversos conflitos. Quando o alimento chega, mas o preparo é impraticável, a rede de solidariedade, mais uma vez, se movimenta e promove outras circunstâncias - sejam elas de uma solidariedade emergencial, imediata, conflituosa ou ambas ao mesmo tempo. O caso emblemático das crianças gêmeas é um agente concreto, porém ilustrativo, da cronicidade da precariedade vivenciada no limite da vida cotidiana de pessoas de baixa renda.

Garantir a existência: considerações finais

Roberto e as crianças gêmeas (que há pouco completaram 3 anos de idade) foram gradativamente se estabelecendo como moradores da Comunidade Ponto Cego e, com a ajuda dos vizinhos da comunidade, saíram da condição de extrema precariedade que viviam. Sem emprego fixo no momento, Roberto hoje vive de fazer alguns *bicos aqui e ali* principalmente a pedido de algum vizinho da comunidade. Enquanto isso, faz acompanhamento junto ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) para a sua condição de epilepsia e segue na fila de espera de um processo que moveu junto à Previdência Social devido ao seu laudo de questões psiquiátricas que o incapacita para determinados trabalhos. Já as crianças gêmeas estão matriculadas em uma Escola Municipal de tempo integral, o que faz com que *pelo menos* essa parte da alimentação esteja *garantida*, aliviando a *pressão* na família. A comunidade também não precisa mais se mobilizar para pagar o aluguel da família, pois Roberto hoje mora na casa própria de sua nova companheira - uma vizinha

com quem casou há pouco tempo, que também o ajuda no cuidado em relação às crianças.

A solidariedade e a resistência da comunidade, mesmo que provisórias, foram fundamentais para que a família pudesse sair da extrema incerteza e fragilização, garantindo suas existências com o mínimo possível de dignidade. É preciso demarcar aqui que ao citar a Previdência Social, o CAPS e a Escola Municipal em tempo integral, estamos falando da presença direta do Estado na vida da família (que por vezes se invisibiliza em relação às necessidades localmente demarcadas e solicitadas da Prefeitura - como a falta de saneamento básico). A precariedade das relações na vida ordinária das pessoas de baixa renda faz com que muitas famílias se quer consigam alcançar o direito à previdência, ao CAPS, à escola e dentre outros. É importante dizer que as ações de solidariedade devem ter o intuito de firmar e promover um deslocamento dos sujeitos a tais benefícios. Assim, este seria o possível “objetivo final” de uma rede de solidariedade - o que justamente a distingue da caridade, que continua preservando a dependência e a subordinação da população vulnerabilizada.

Nesse sentido, a crise evidenciou a necessidade de reconfiguração de uma solidariedade que urge diante dos efeitos devastadores da pandemia para a população vulnerabilizada. Para tanto, a história de Roberto e seus filhos demonstra que as redes de solidariedade e resistência são formações horizontais que escapam por caminhos dissidentes às estruturas que as aprisionam, como um meio de cuidado mútuo entre a Comunidade Ponto Cego, os seus habitantes, seus espaços e seus territórios. Frente a precariedade estrutural em toda sua agência e magnitude, a solidariedade, as cestas básicas e o ator-qui-lo também alimentam atritos no limite da vida cotidiana de pessoas de baixa renda. Para tanto, a resistência e a agência da solidariedade são múltiplas, diversas e por vezes conflituosas. Nesse sentido, cabe aqui a compreensão de solidariedades e resistências em devir, que se expandem em direções rizomáticas no enfrentamento da fome (Deleuze; Guattari, 1995).

Em meio a um cotidiano em ruptura, o caso das crianças gêmeas evidencia a urgência para a garantia da existência, nos convocando a pensar a dimensão de uma solidariedade estruturante, que se posicione mediante as políticas públicas de auxílio social e combate a pobreza, mas também, a um só tempo, a assunção de uma solidariedade emergencial e imediata. A partir da história das crianças gêmeas, é necessário assumir que as posições dicotômicas entre as ações governamentais e a solidariedade de pessoa a pessoa não se sustentam em meio a complexidade da realidade da fome. A Comunidade Ponto Cego mostra a importância de romper com tal bifurcação, afinal, a partir do lema da Ação da Cidadania (2021), vimos que “quem tem fome, tem pressa”, ressaltando o importante diálogo com as populações mais vulnerabilizadas para a construção e execução de políticas públicas. Tal urgência parte do entendimento de que, quem tem fome hoje não pode esperar para comer

amanhã, bem como, também não podem viver toda uma vida na marginalidade da fome.

Mesmo com todos os micro conflitos vivenciados em meio ao cotidiano extremamente precarizado na Comunidade Ponto Cego, cabe aqui ressaltar também a frase do poeta Solano Trindade que nos mobiliza a propor conexões ante as possibilidades múltiplas de combate à fome. Tal frase esteve em evidência em diversas campanhas durante a pandemia de COVID-19 (em aspectos/campanhas estruturais e também emergenciais), afinal, “se tem gente com fome, dá de comer” (Trindade, 1998). Nesse sentido, o entrelaçamento entre realidades plurais surge como um fio condutor que promove o direito à vida aos diversos sujeitos que convivem numa realidade que lhes rouba continuamente a garantia da existência.

A partir de um cotidiano entremeado por heterogeneidades, a história de Roberto e seus filhos também traz à tona a contravenção localizada no ato do abandono materno. Seus efeitos parecem estar no âmago de conformação de uma rede de solidariedade em uma comunidade periférica. Nesse sentido, apesar deste estudo não se aprofundar nesta temática, é importante ressaltar que a noção de gênero não pode estar deslocada de tais discussões. É de chamar a atenção, também, o quanto o cuidado para com as crianças gêmeas parece ter encontrado certa *estabilidade* depois que uma nova atriz entra em cena: a atual mulher de Roberto. Isso mostra que as relações de gênero não são meramente contextuais quando a solidariedade sai de foco pelo fato das crianças terem encontrado, na maternagem, o cuidado que faltava.

Por fim, ressalto os ímpetos do ato de cuidar, a emergência do fazer algo agora, a veiculação midiática, os vínculos socioafetivos, o quilo de alimento e todos os outros movimentos associativos que são importantes atores para a criação dos fluxos e dinâmicas de uma rede de solidariedade. Apesar da crise sanitária e política, os moradores da comunidade gestam ramificações de uma de solidariedade múltipla na sobrevivência cotidiana para além da fome. Assim, a multiplicidade de associações existentes no caso emblemático das crianças gêmeas evidencia as tessituras de conexões que emergem para a manutenção de uma solidariedade localizada no nível mais ordinário da vida: o cotidiano.

Referências

- AÇÃO DA CIDADANIA. Nossa história**, 2021. Disponível em: <https://www.acaodacadania.org.br/nossa-historia>
- ALBUQUERQUE, M.; RIBEIRO, L. Desigualdade, situação geográfica e sentidos da ação na pandemia da COVID-19 no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 12, p. e00208720, 2020.
- BARBOSA, J.; TEIXEIRA L. TERRITÓRIOS POPULARES ENTRE AS DESIGUALDADES PROFUNDAS E O DIREITO À VIDA. In: CARLOS, A (org.), **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, pp. 67-77.
- BRISCKE, A. Territórios e emoções: como as territorialidades do tráfico de drogas interferem no cotidiano de jovens num bairro de periferia da zona sul de Porto Alegre. In: **Anais do I Simpósio Juventudes Contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018.
- CARLOS, A. A “REVOLUÇÃO” NO COTIDIANO INVADIDO PELA PANDEMIA. In: CARLOS, A (org.), **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, pp. 10-17.
- COSTA, M. *et al.* Apontamentos sobre a dimensão territorial da pandemia da covid-19 e os fatores que contribuem para aumentar a vulnerabilidade socioespacial nas unidades de desenvolvimento humano de áreas metropolitanas brasileiras - Nota Técnica 15. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9985>
- DAS, V. **Critical events: an anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- FERREIRA, F. **ADOÇÃO EM MOVIMENTO: Grupos de Apoio, famílias adotivas e campo (i)legal**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- FIOCRUZ. Análise da frequência, incidência, mortalidade e letalidade por COVID-19 em favelas cariocas. Boletim Socioepidemiológico da COVID-19 nas Favelas (1), 2020. Disponível em: <https://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/arquivos/anexos/36c528bb42327a6fd1e4f53f98aa716524db35e9.pdf>
- FLEURY, S.; MENEZES, P. Pandemia nas favelas: entre carências e potências. **Saúde em Debate**, v. 44, n. spe4, p. 267–280, 2020.
- FONSECA, C. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
- FONSECA, C. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e cultura**, v. 2, n. 1 e 2, 2007.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1989.

GRANATO, T.; AIELLO-VAISBERG, T. Narrativas interativas sobre o cuidado materno e seus sentidos afetivo-emocionais. **Psicologia Clínica**, v. 25, p. 17-35, 2013.

HENARE, A.; HOLBRAAD, M.; WASTELL, S (org.). **Thinking Through Things: Theorising Artefacts Ethnographically**. New York: Routledge, 2007.

HINE, C.; PARREIRAS, C.; LINS, B. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. e181370, 2020.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: Edufba, 2012.

LINS, B.; PARREIRAS, C.; FREITAS, E. de. Estratégias para pensar o digital. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. e181821, 2020.

MAGALHÃES, R. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 18, p. S121-S137, 2002.

MBEMBE, A. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MILLER, D; HORST, A. O Digital e o Humano: prospecto para uma Antropologia Digital. **Parágrafo**, v. 3, n. 2, p. 91-112, 2015.

MINAYO, M.; GUERRERO, I. Reflexividade como éthos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

MOL, A. Actor-network theory: Sensitive terms and enduring tensions. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 50, n. 1, p. 253-269, 2010.

MOVIMENTOS. **Coronavírus nas favelas: a desigualdade e o racismo sem máscaras**, 2021. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2021/10/MOV_relato_covid_1908-1.pdf

NUNES, F. **Brasileiro já usa mais lenha do que gás na cozinha**. UOL, 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2021/10/10/brasileiro-ja-usa-mais-lenha-do-que-gas-na-cozinha.htm>

OLIVEIRA, L. Sociabilidade periférica: uma reflexão sobre a quarentena para moradores das periferias da Zona Sul de São Paulo. In: CASTRO, B (org.). **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas: UNICAMP, 2020, pp. 198-209.

OLIVEIRA, R., et al. Desigualdades raciais e a morte

como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, 2020.

PADUA, R. PRECARIZAÇÃO DA VIDA E REDES DE SOLIDARIEDADE. In: CARLOS, A (org.), **Covid-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020, pp. 84-91.

PARREIRAS, C. Vulnerabilidades, dilemas e dores: fragmentos de uma pesquisadora das/nas violências. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 274-294, 2018.

REDE PENSSAN. **VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

REDE PENSSAN. **II VIGISAN Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>

RIBEIRO JUNIOR, R. et al (orgs.). **Atlas das situações alimentares no Brasil: a disponibilidade domiciliar de alimentos e a fome no Brasil contemporâneo**. Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2021. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1ri3NJ3dN7o-8GGwjeYUsbhZIrr3iT_CP/view

SEGATA, J. Dos cibernautas às redes. In: SEGATA, J.; RIFIOTIS, T. (orgs.), **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura**. Brasília: ABA, 2016, pp. 91-114.

SILVESTRE, H. **Notas sobre a fome**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

TELLES, V et al. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. **Dilemas**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, pp 1-13. 2020. Disponível em: <https://www.reflex-pandemia.org/texto-59>

TRINDADE, S. **Tem gente com fome e outros poemas – antologia poética**. Rio de Janeiro: Departamento Geral da Imprensa Oficial, Secretaria Municipal de Governo/ Programa Nacional do Centenário da Abolição/Ministério da Cultura/Sindicato dos Escritores do Rio de Janeiro, 1998.